

MÓDULO 1

AULA 03 - POR QUE AS CIDADES ESTÃO EM RISCO?

A quantidade de desastres registrados no mundo tem aumentado significativamente nas últimas décadas. No Brasil, as principais ameaças decorrem de eventos relacionados a inundações e secas que, por consequência, colocam pessoas, infraestrutura e economia em risco. Assim, pode-se dizer que os desastres deflagrados por eventos naturais, no Brasil, estão associados à falta ou excesso de chuvas.



Como exemplos de grandes desastres ocorridos recentemente no país estão às inundações e os movimentos de massa gravitacionais na região serrana do Rio de Janeiro e no litoral paranaense, ambos em 2011. Conforme CEPED-UFSC (2015), os danos derivados desses eventos contabilizaram no Rio de Janeiro a morte de mais de 900 pessoas, cerca de 300 mil afetados e as perdas os danos totais foram, segundo um relatório elaborado pelo Banco Mundial, estimados em 4,8 bilhões de reais.

Esse cenário se deve ao aumento da exposição, vulnerabilidade e dos perigos/ameaças que perturbam o desenvolvimento. Entre os principais fatores responsáveis pelo risco estão o crescimento das populações urbanas, a concentração de recursos, a governança local fragilizada, a gestão de recursos hídricos inadequada, o declínio dos ecossistemas, a deterioração da infraestrutura, os serviços de emergências descoordenados, a corrupção, o tráfico de influência na esfera política e os efeitos adversos da mudança climática (adaptado de ONU, 2012).



Risco: é a probabilidade de consequências prejudiciais, ou perdas esperadas (mortos, feridos, propriedades danificadas, interrupções de atividades econômicas ou degradação do meio ambiente) resultante das interações entre perigos/ameaças, naturais ou induzidas pelos humanos, e condições vulneráveis (UNESCO, s/d).

Abaixo, tais fatores serão detalhados, conforme informações presentes no encarte *Construindo Cidades Resilientes - Minha cidade está se preparando*, produzido pelo CEPED-UFSC (s.d.):

a) Crescimento de populações e aumento da densidade urbana

Hoje mais de três bilhões de pessoas – metade da população mundial – vive em áreas urbanas. Altos índices de densidade populacional configuram-se como uma causa significativa de aumento de riscos em locais onde a qualidade de vida, infraestrutura e serviços essenciais são escassos. Estimativas apontam que, em meados do século XXI,

o total da população urbana já tenha dobrado, passando de 2,3 bilhões em 2005 para 5,3 bilhões em 2050. Aproximadamente três quartos dessa população faz parte das nações de baixa e média renda, sete vezes mais que 1950.

b) Governança Debilitada

A maneira como essa população que cresce rapidamente é atendida e governada tem importantes implicações no seu desenvolvimento e na RRD. Em nações mais abastadas, a qualidade dos serviços essenciais, infraestrutura e instituições de apoio contribuem para a redução dos desastres e seus impactos. Nessas localidades, as populações têm garantido o acesso a todo tipo de serviço, além de uma boa legislação que as protege de desastres, sejam provocados por condições meteorológicas extremas, incêndios ou acidentes tecnológicos. Essas instituições também realizam o atendimento de necessidades cotidianas: serviços de atenção à saúde integrados a serviços de emergência e sistemas de drenagem que suportam igualmente tempestades e necessidades diárias. Mas a parcela dos centros urbanos, seja dos países desenvolvidos ou em desenvolvimento, que possuem esse tipo de rede ainda é pequena. O que se vê são recursos locais mal administrados e gestores públicos que não se engajam em uma gestão participativa e que não levam em conta as áreas de risco no planejamento urbano e espacial estratégico da cidade.

c) Ausência e/ou descumprimento do planejamento urbano (ou ainda a execução de planejamento urbano mal elaborado)

Os desafios impostos pelo rápido crescimento de muitas cidades e o declínio de outras, pela expansão da economia informal e pelo papel de cidades tanto nas causas como na mitigação das mudanças climáticas exigem um sólido planejamento urbano. Muitas cidades na América Latina, África e Ásia dobraram de tamanho em menos de 30 anos. A UN-HABITAT prevê que, em 2015, 12 das 16 maiores cidades no mundo estejam instaladas em países em desenvolvimento.

Em muitos casos, a expansão urbana ocorre em desacordo com determinações legais, recomendações oficiais de construção e regulamentações para uso e ocupação do solo. A urbanização sustentável requer o cumprimento de soluções para gestão do risco e planos de emergência e atendimento das regulamentações de planejamento urbano para construções com base em padrões realistas. Também não devem ser descartadas as ações e políticas públicas voltadas à população que vive em situação de pobreza urbana, que, em sua maioria, habita áreas ocupadas desordenadamente,

caracterizadas como de risco e onde serviços básicos estão sempre ausentes, aumentando sua exposição aos perigos e as ameaças.

É importante salientar que as ocupações de áreas de risco não decorrem, exclusivamente, da ausência de espaço seguro para serem destinadas à habitação pela população mais pobre, muitas cidades possuem nessas áreas moradoras com alto poder aquisitivo e, muitas vezes, empreendimentos destinados a ocupação industrial, comercial, lazer, entre outras.

d) Vulnerabilidade das construções

Construções vulneráveis colocam milhões de pessoas em risco desnecessariamente. Muitos morrem ou ficam seriamente feridos quando construções colapsam após terremotos, deslizamentos de terra, tempestades severas, inundações ou tsunamis. Padrões e regulamentações para construção prevêm, em muitos países, requisitos mínimos de segurança, incluindo proteção ao fogo e resistência a desastres. Práticas de construção que apliquem tais regulamentações são essenciais, embora frequentemente esquecidas. A necessidade de reduzir custos e a ausência de incentivos, associados à corrupção e a uma tendência assistencialista de alguns governantes são as principais razões para que até mesmo edifícios aparentemente bem projetados sejam afetados por desastres.

e) Declínio dos ecossistemas

Os ecossistemas proporcionam benefícios substanciais e serviços para cidades e governos locais. No entanto, como resultado de falta de planejamento no desenvolvimento urbano e crescimento da economia muitos ecossistemas foram significativamente alterados e explorados levando a um desequilíbrio perigoso. As invasões às margens de rios e a escassez de sistemas de drenagem adequados expuseram muitas áreas urbanas a inundações. O desflorestamento levou a erosão de encostas e de solos predispostos pela sua composição, tornando muitas pessoas vulneráveis a deslizamentos de terra provocados por fortes chuvas. Além disso, o uso do concreto mudou a capacidade do solo em absorver enchentes, sendo que enquanto que o consumo aumenta a uma taxa de mais de 80%, cerca de 60% dos serviços ambientais estão em declínio. Menos da metade das cidades do mundo têm planos ambientais para ocupação urbana.

Histórico da CCCR

A CCCR não surgiu desassociada de bases importantes que pavimentaram o caminho até que a campanha fosse desenvolvida e apresentada como principal alternativa para a implantação dos marcos internacionais. Alguns marcos importantes na trajetória da CCCR, foram:

- ❖ A criação, em 1971, do *United Nations Disaster Office* (UNDRO) (UNISDR, 2017);
- ❖ A realização, em 1994, da I Conferência Mundial sobre redução de desastres em Yokohama, no Japão. Nessa conferência foi aprovada a Estratégia de Yokohama e seu plano de ação. Nesse documento são descritos parâmetros para a preparação, prevenção e mitigação de desastres em nível nacional (UNISDR, 2017);
- ❖ A realização, em 2005, da II Conferência Mundial sobre redução de desastres em Kobe, no Japão. Destaca-se nessa conferência o Quadro de Ação de Hyogo (2005-2015), o qual estabelece cinco prioridades: construção da capacidade institucional, conhecimento dos riscos, construção do conhecimento e sensibilização, redução dos riscos e preparação para ação (UNISDR, 2017);
- ❖ A realização, em 2015, da III Conferência em Sendai, no Japão. Com os resultados anteriores, nessa conferência, os planos que foram bem-sucedidos foram mantidos e os que não obtiveram sucesso foram revisados e aprimorados (UNISDR, 2017).

Apesar desses esforços, nota-se que o tema vem ganhando destaque e concentrando preocupações pela sua relevância apenas nas últimas décadas, portanto, precisamos ter a consciência de que tendemos a ser precursores dessa preocupação nas nossas cidades e ocupamos funções estratégicas para a transformação de uma realidade hoje, desfavorável, para melhor.

REFERÊNCIAS

CEPED-UFSC. **2011 – Inundações e Deslizamento na Região Serrana do Rio de Janeiro**. Ago. 2015. Disponível em: <<http://www.ceped.ufsc.br/2011-inundacoes-e-deslizamento-na-regiao-serrana-do-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 24 nov 2017.

CEPED-UFSC. **Construindo Cidades Resilientes** - Minha cidade está se preparando. Campanha Mundial de Redução de Desastres. (s.d.). Disponível em: <<http://eird.org/curso-brasil/docs/modulo7/4.SEDEC-Cidades-Resilientes.pdf>>. Acesso em: 8 set. 2017.

PREVENTIONWEB. **Top Trends in Disaster Risk**. Disponível em: <<http://www.preventionweb.net/risk/trends>>. Acesso em: 21 jul 2017.

UNISDR. **History**. Disponível em: <<http://www.unisdr.org/who-we-are/history>>. Acesso em: 21 jul 2017.

UNESCO, **Glossary of Basic Terminology on Disaster Risk Reduction**. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002257/225784e.pdf>>. Acesso em: 21 jul 2017.